

TV DIGITAL

Sinal digital entra aos poucos na vida dos brasileiros

É difícil pensar em um país no qual a televisão tenha tanta penetração e influência quanto aqui. Segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), a TV cobre 97% do território nacional. Isso dá uma amostra do tamanho das mudanças que estão por vir com a migração do sistema analógico para o novo padrão digital. Dentro de pouco menos de oito anos, exatamente no dia 29 de junho de 2016, as transmissões analógicas de televisão serão desligadas, de acordo com o Decreto 5820/06. Até lá, o governo aposta que a sociedade esteja pronta para receber o novo sinal, seja com novos aparelhos de TV ou com os aparelhos conversores, os chamados *set-top box*. Enquanto a recepção digital cresce, a transmissão precisa acelerar o ritmo da mudança. No entanto, os desafios técnicos são grandes. De 2000 a 2005, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) se adiantou à definição do padrão a ser adotado pelo governo brasileiro e mapeou as cerca de

400 geradoras de sinais de TV de todo o território nacional com o objetivo de estabelecer a faixa de sinal digital equivalente para cada faixa analógica em atividade. “A orientação era levantar dados para que os canais digitais a serem consignados mantivessem a mesma área de cobertura que as emissoras detêm hoje com os sinais analógicos”, explica o supervisor de Serviços de Comunicação de Massa da Anatel, Ara Apikar Minassan.

MARCA REGIONAL Com a opção pelo sistema japonês, por meio do Decreto 5820/06, o estudo da Anatel teve de ser revisto. Atualmente, apenas oito capitais aguardam a finalização do trabalho, o que deve ocorrer neste ano. As grandes cidades do interior paulista serão as próximas visitadas e, até o fim de 2009, de acordo com o cronograma da Agência, o Ministério das Comunicações poderá consignar as faixas digitais aos interessados de todo o país. Isso não quer dizer que a TV brasileira já estará digitalizada, pois as geradoras e retransmissoras não conseguem adaptar sua infra-estrutura na mesma velocidade dos estudos governamentais. Para entrar na era digital, o país também teve de correr atrás de

soluções locais para estabelecer o seu sistema de TV. Um dos maiores trunfos nesse sentido foi o software aberto Ginga, em duas versões, Ginga-NCL e Ginga-J, desenvolvidos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), respectivamente. O Ginga é considerado um middleware, um software que faz interação entre os equipamentos (hardware) e seus sistemas operacionais com os softwares aplicativos. “O seu desenvolvimento é mais fácil do que [a linguagem] Java, o que permite que um produtor de TV possa fazer uma aplicação com muita facilidade”, explica Luiz Fernando Gomes Soares que coordenou os trabalhos de desenvolvimento do Ginga na PUC-RJ e representa a academia no Fórum Brasileiro de TV Digital. O Ginga se tornou padrão do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Até 2016, os sistemas analógico e digital poderão conviver, mas isso não sairá barato. “O custo operacional para manter os dois sistemas será muito alto; uma transmissão em alta potência gasta cerca de R\$400 mil mensais em energia elétrica”, explica o engenheiro Gunnar Bedicks, pesquisador-chefe do



Sindair Maia/Anatel

Ara Minassian, supervisor da Anatel

Laboratório de TV Digital da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Os custos das transmissões via satélite também podem acelerar a desativação das bandas analógicas. Portanto, quanto mais rápido o sistema antigo for desligado, menor será o custo da transição para as empresas.

INCLUSÃO DIGITAL E o consumidor? Ele estará devidamente equipado quando o seu canal aberto desativar o sinal analógico? Bedicks é otimista: “acredito que, em cinco anos, 50% do país estará assistindo a TV digital”. Segundo o especialista, muita atenção tem sido dada ao preço do conversor, na

faixa dos R\$300, mas a tendência é que o preço caia.

Depois que o processo de digitalização da TV no país estiver completado, a população terá mais do que imagens melhores.

“Com a abertura de mais canais para a TV aberta, vai aumentar a oferta de conteúdo e haver mais opções para o público”, diz a diretora da TV Câmara, Sueli Navarro. Atualmente, o espectro da região da grande São Paulo é dividido entre 26 canais abertos, com a digitalização este número subirá para 55, com a possibilidade de aumentar. Com o aprimoramento das tecnologias de compressão de sinal, a banda digital poderá comportar dois canais em alta definição onde hoje cabe apenas um. “É uma questão de tempo para isso acontecer”, anuncia o engenheiro Bedicks.

A maior oferta de faixas pressupõe, em princípio, um salto na produção de novos programas e de forma mais socializada. “Haverá um aumento da oferta de produções independentes”, prevê Sueli. No caso das TVs públicas, esse número pode ser multiplicado por quatro. Isso porque, ao contrário das produtoras privadas, as TVs estatais têm autorização para dividir a banda digital em quatro, o que diminui a qualidade da imagem, mantendo-a em padrões similares aos atuais. Bedicks, no entanto, é

cético em relação ao sucesso dessa técnica. Um efeito negativo, acredita, seria a queda na audiência desses canais como ocorreu em países que optaram pela divisão da faixa digital.

Outra revolução que o sinal digital promete é a interatividade com o telespectador que, aliada à portabilidade (o sinal poderá ser captado por celulares e placas de computador) “vão melhorar a qualidade da democracia”, ressalta a diretora.

Nas residências, porém, a interatividade vai depender do acesso a outros recursos. A programação interativa exige um sinal de retorno do telespectador, propiciado por cabo ou telefone fixo. Para se ter uma idéia, pouco mais de 50% da população atual tem acesso à telefonia fixa, segundo dados do site do Comitê Gestor da Internet, e só cerca de 3% dos domicílios possuem TV paga (Mídia Dados, 2008). Até que se resolva essa questão, ficam comprometidos os anseios expressos no primeiro parágrafo do primeiro artigo do Decreto 4901/03 que criou o Sistema Brasileiro de TV Digital, “promover a inclusão social (...) por meio do acesso à tecnologia digital, visando à democratização da informação”.

Fábio Reynol